Ascema Nacional apoia operação da PF contra Ricardo Salles e pede exoneração de ministro

Na manhã desta quarta-feira (19), o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Eduardo Bim, foram alvos de operação da Polícia Federal (PF). Segundo a PF, a Operação chamada de Akuanduba investiga a exportação ilegal de madeira para os Estados Unidos e para a Europa. O nome da operação é inspirado em uma divindade da mitologia indígena da tribo Araras, que habitam o estado do Pará e, segundo a lenda, quando alguém contrariasse as normas, essa divindade soaria uma pequena flauta e restabeleceria a ordem.

Também estão na lista da PF os crimes de corrupção, advocacia administrativa, prevaricação e facilitação de contrabando que teriam sido praticados por agentes públicos e empresários do setor madeireiro. Ao todo, 35 mandados de busca e apreensão foram determinados pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que são cumpridos por cerca de 160 policiais federais do Distrito Federal, Pará e São Paulo. Os endereços ligados ao ministro em São Paulo e um endereço funcional em Brasília também são investigados. Além das buscas, foi determinado pelo STF o afastamento preventivo de dez agentes públicos que ocupam funções de confiança do Ibama e no Ministério do Meio Ambiente (MMA). Também foi suspendida a aplicação do Despacho nº 736900/2020, que afrouxa regras para exportação de madeira.

A Ascema Nacional reforça a necessidade urgente de devolver aos servidores civis ambientais a autonomia para realizarem seu trabalho. O Ibama e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) precisam voltar a atuar de forma técnica, comprometida com a proteção ambiental prevista na Constituição Federal de 1988.

Desde o início do atual governo, os indicadores de desmatamento batem recordes sucessivos no Brasil e motivam um repúdio internacional sem precedentes sobre a política ambiental brasileira, esta, que impacta diretamente a economia, sobretudo, o agronegócio.

Salles está na mira do Congresso, do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Supremo Tribunal Federal (STF), acusado de tentar atrapalhar a megaoperação contra o desmatamento da Polícia Federal no Amazonas em dezembro. Além disso, o ministro é alvo de duas ações no Supremo, uma apresentada pelo PDT e outra pelo ex-superintendente da PF no estado, o delegado Alexandre Saraiva. As ações serão relatadas pela ministra Cármen Lúcia.

A Ascema Nacional fortalece as denúncias de perseguição aos servidores públicos do MMA, retoma a aversão à militarização do ministério e trabalha contra o desmonte progressivo das pautas ambientais. É hora de devolver a autonomia de trabalho ao Ibama , ICMBio e aos servidores especializados e comprometidos com a missão ambiental. A insatisfação com o trabalho de Salles motivou um grupo de deputados federais a buscarem assinaturas para a

criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as denúncias de crimes atribuídos ao ministro. Ricardo Salles que atuou para o desmonte da fiscalização, favorecendo o desmatamento descontrolado, foi responsável por um encontro com garimpeiros que teria motivado a suspensão da operação no Pará contra garimpos ilegais, é acusado de ato de improbidade administrativa ao disponibilizar aeronaves da Força Aérea Brasileira para transportar garimpeiros para Brasília e é omisso no enfrentamento aos incêndios que consumiram o Pantanal em 2020 dentre vários outros desserviços ao patrimônio ambiental brasileiro.

Essa anti-política ambiental promovida pelo Governo Federal, liderada por Salles, tem como foco o desmonte das instituições ambientais conquistadas pela sociedade brasileira ao longo das últimas décadas, afrontando a Constituição Federal, os tratados e convenções internacionais dos quais o Brasil é signatário e que estabelecem a obrigação do poder público na defesa e preservação do meio ambiente para as atuais e futuras gerações. A boiada vem passando e fortalecendo o descumprimento de preceitos fundamentais no trabalho dos servidores e destruindo o marco ambiental brasileiro.

A condução da política ambiental do governo atual está transformando o Brasil num exemplo negativo e que vem sendo denunciado no mundo inteiro por ter aberto a porteira para crimes ambientais. O país passa por vergonhas públicas, seja pela carta lamentável enviada ao presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, seja pelas mentiras na Cúpula do Clima, seja pelas violências contra servidores, povos originários e tantos outros exemplos, causando inclusive prejuízos à imagem e aos negócios brasileiros.

A Ascema Nacional mais uma vez pede a exoneração de Ricardo Salles, este, que envergonha os servidores do meio ambiente e atinge a honra dos órgãos ambientais que vêm por décadas protegendo as pautas ambientais e que, até esse governo, exerciam seu trabalho arduamente, mas que são impedidos pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e o atual ministro do MMA. Presenciamos hoje a situação mais grave de aparelhamentos do Estado desde os tempos da ditadura!

A operação da PF deflagrada nesta quarta-feira (19) mostra o prejuízo causado pela militarização dos órgãos de proteção ambiental. Não à toa, pelo menos cinco alvos da operação são militares que foram colocados pelo governo federal para atuar na gestão ambiental.

#ForaSalles #ForaBolsonaro
#CPIdoMeioAmbiente
#CPIdaBoiadaJá"